



## A verdade como conceito e construção nas narrativas do Telejornalismo<sup>1</sup>

Iluska Coutinho<sup>2</sup>, Livia Fernandes de Oliveira<sup>3</sup> e Jhonatan Mata<sup>4</sup> - UFJF

### Resumo

Um dos problemas centrais na filosofia, tanto no ramo da gnoseologia quanto no que se refere aos aspectos epistemológicos, a questão da verdade é também um dos pontos centrais para a definição da qualidade e/ou validade do trabalho de jornalistas. A proposta do artigo é refletir sobre o conceito de verdade, a partir de suas raízes filosóficas, com especial atenção para seu significado nas línguas originárias, e relacioná-lo à sua forma de utilização no processo de produção da notícia em televisão, compreendida a partir de um viés construcionista. A proposta do artigo é investigar as aproximações entre os conceitos de verdade e realidade, assim como sua apropriação como versão elaborada pelos jornalistas profissionais. Os estudos de jornalismo oferecem suporte teórico para a análise, acrescida também de um viés filosófico.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Verdade; Versão; Telejornal; Narrativa

“Juro dizer a verdade, somente a verdade, nada mais que a verdade”. Ela está presente nos tribunais e julgamentos públicos do Direito, nas juras de amor entre namorados e, pelo menos no que se refere às expectativas dos seus leitores, no conteúdo oferecido nas páginas de jornal. O conceito de verdade tem ao longo dos anos se apresentado também como um dos problemas centrais da filosofia, tanto na lógica quanto na gnoseologia ou epistemologia.

Assim, a proposta central deste artigo é buscar os diferentes entendimentos e apropriações sobre o que seria de fato a “Verdade”, a partir de sua apropriação na cobertura jornalística na televisão brasileira, na qual as notícias são organizadas segundo a dramaturgia do telejornalismo (COUTINHO, 2003). O próprio conceito de fato está muito relacionado ao de verdade, que para alguns é obrigatoriamente uma relação. Para Vico, por exemplo, “*verum ipsum factum*”, ou “a verdade é o fato”.

Em nosso caso a intenção é compreender de que forma o conceito verdade é experimentado pelos jornalistas, e como é utilizado no processo de produção de notícias. Em um primeiro momento podemos perceber que a promessa de relato fiel dos fatos, de reprodução perfeita da realidade objetiva nas notícias também está expressa na

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 12 a 14 de maio de 2011

<sup>2</sup> Jornalista, doutora em Comunicação Social (Umesp) e mestre em Comunicação e Cultura (UnB). Professora da Departamento de Jornalismo e do Mestrado da Faculdade de Comunicação da UFJF. [iluska@globo.com](mailto:iluska@globo.com)

<sup>3</sup> Jornalista e mestre em Comunicação (UFJF) é professora bolsista do curso da Faculdade de Comunicação da UFJF e bolsista de apoio técnico de projeto de avaliação do telejornalismo público. [liviafoli@yahoo.com.br](mailto:liviafoli@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Jornalista e mestre em Comunicação (UFJF) é funcionário da Faculdade de Comunicação da UFJF e realiza pesquisas sobre telejornalismo. [jhonatanmata@yahoo.com.br](mailto:jhonatanmata@yahoo.com.br)



concepção que os próprios jornalistas têm de seu ofício. É o que se pode depreender, por exemplo, na definição proposta por Alberto Dines em “O papel do jornal”, para quem os jornais são “instrumento de acesso ao mundo para o cidadão” (DINES, 1976, p.35).

#### A verdade e as línguas originárias

Conceituar é de certa forma denominar um dado objeto ou sujeito. Isto significa, em outras palavras, dar nomes a determinadas coisas. Outra observação importante é que a conceituação pressupõe, e exige, uma intencionalidade e a aplicação de um juízo de valor sobre o objeto em questão. Assim um bom ponto de partida para a compreensão do conceito de verdade é conhecer suas acepções nas línguas que oferecem estrutura o para o pensamento ocidental. Embora mocinhos e cowboys nas telas de cinema, nas trilhas sonoras difundidas por CD's ou disponíveis na rede mundial de computadores, reforcem em momentos dramáticos ou de clímax o vocábulo *truth*, é indispensável para a reflexão sobre a apropriação da verdade no jornalismo entender as origens dos discursos, as construções históricas que permitem no tempo presente a existência de enunciações que se apresentam como verdadeiras, tais como as matérias jornalísticas consumidas diariamente em todo o mundo.

O estabelecimento dos tempos verbais é por sinal uma boa diferenciação entre as formas de enunciar a verdade nas chamadas línguas originárias. Na origem latina a verdade é “*veritas*”, histórica, e se relaciona ao passado, ou faz referência a um tempo que precede sua construção no momento da enunciação. Já para o grego verdade é “*alethéia*”, que em uma tradução literal significaria desvelamento, conceito que tem uma epocalidade, uma ligação com o presente. Finalmente para os hebreus a verdade é expressa no termo “*emunah*”, que possui a mesma origem de amém, e se dirige a uma noção de porvir, de profissão de fé, de aposta no futuro, tempo em que se localizaria sua concretização.

Os filósofos gregos começaram a buscar a verdade em relação ou oposição à falsidade, ilusão, aparência. De acordo com essa concepção a verdade estaria inscrita na essência, sendo idêntica à realidade e acessível apenas ao pensamento, e vedada aos sentidos. Assim, um elemento necessário à verdade era a “visão inteligível”, em outras palavras o ato de revelar, o próprio desvelamento.

Há uma diferença fundamental nas visões de verdade do grego e do hebreu. Para o último verdade ou *emunah* é primordialmente a certeza de segurança, a confiança. Desta forma a Verdade não seria a realidade, como contraponto da aparência, mas sim a fidelidade, em oposição à infidelidade ou desconfiança. Segundo Ferrater Mora em seu



“Diccionario e Filosofia”, “Para o hebreu verdadeiro é o fiel, aquele que cumpre a promessa” (FERRATER MORA, 1995, p.883).

Ao contrário do presente, do agora grego, para o hebreu a verdade é dinâmica, como o futuro, como “amém”, ou ainda o “assim seja” presente nas orações e leituras religiosas. Além disso, se para o hebreu a verdade é a fidelidade e uma promessa, especialmente àquela firmada no início dos tempos, da aliança de Deus com os homens, para o grego o significado é de desvelamento, de descoberta do que é realidade antes de ter sido tocado ou experimentado pelas sensações humanas, da essência. O grego concebe a verdade como o descobrimento do ser, ou como poderíamos aproximar como uma forma de auto conhecimento. E, enquanto para o hebreu o contrário da verdade é a desconfiança, para o grego é a desilusão.

Já para o latim a verdade era *Veritas*, a veracidade. O conceito era sempre aplicado, isto é, remetia a uma história vivida que pudesse ou não ser comprovada. Essa concepção de verdade a subordinava portanto a possibilidade de uma verificação. A formulação do problema do “critério de verdade” ocupou os adeptos da gnoseologia, aqueles que se dedicavam ao estudo das relações do pensamento, e de seu enunciado, sua forma de tradução na comunicação humana com o objeto ou fato real, em que se buscava uma relação de correspondência. Já para a lógica o interesse se circunscrevia na correção e/ou coerência semântica do discurso, da enunciação, descartando ao reflexão sobre o mundo objetivo.

#### O problema da verdade e suas concepções na filosofia

O conceito de verdade tem sido abordado e compreendido de diferentes formas por diversas escolas filosóficas e por diversos pensadores. A relação primordial que definiria um enunciado como verdadeiro é para alguns de adequação, para outros de correção e ainda para um terceiro grupo fundada em uma relação nominal; estariam assim fundados os tipos de verdade segundo Hanna Arendt (2000, p. 223). Segundo Ferrater Mora as concepções de verdade dependem fundamentalmente das correspondentes “teorias dos universos”, construídas ou formuladas por diferentes grupos culturais.

Na atualidade tem persistido as concepções anteriores da verdade. Esta concepção a que denominamos aqui como moderna, em oposição ao entendimento nas línguas originárias, tem sido o desenvolvimento do que se chamou de concepção idealista, marcada pela perspectiva de primazia do conhecimento e das idéias.



Se há dúvidas em relação ao dinamismo da verdade, o mesmo não se aplica ao seu conceito, ou compreensão, ambos dinâmicos. A concepção de verdade está ligada a um tempo histórico, a uma epocalidade. Neste trabalho destacamos duas visões em particular: a verdade lógica e a verdade gnoseológica. A distinção é definida como a utilização primária do vocábulo em dois sentidos; no primeiro se refere a uma proposição e no outro a uma realidade externa a sua enunciação. No primeiro caso a proposição verdadeira é diferente da falsa. No segundo, uma realidade verdadeira é diferente da aparente, ilusória, irreal ou ainda inexistente.

Os conceitos de Episthème, Theoria e Verdade Conceitual teriam dado origem ao segmento científico-filosófico. Assim, as diferentes visões de verdade passaram a existir dentro de situações ou contextos que remetem a uma época e, portanto, devem ser analisadas sempre em relação com a conjuntura de sua formulação. A versão conceitual mais antiga e difundida é a da verdade como correspondência. Platão pressupõe e define o que seria o discurso verdadeiro na obra *Cratilo*: “Verdadeiro é o discurso que diz como as coisas são; falso é o que diz como elas não são” (385b.). Para Platão a verdade se aplicava primeiro ao objeto, ou ao sujeito, e depois ao enunciado.

Já para Aristóteles, cuja compreensão de verdade seria a mais celebrada, a verdade estaria ligada ao ato de dizer. Assim, não existiria verdade sem enunciado, mas este não basta em si mesmo como verdade. A visão aristotélica pressupõe a existência de uma materialidade exterior ao enunciado, verdadeiro ou não. Foi Aristóteles quem enunciou os dois teoremas fundamentais desta compreensão de verdade. O primeiro deles é de que a verdade estaria no pensamento ou na linguagem, e não no ser ou na coisa. A segunda premissa é de que a medida da verdade, ou sua verificação, é exterior a ela; estaria presente no ser, na ação, e não no pensamento ou no discurso produzidos sobre eles. Dessa forma Aristóteles utilizou de forma clara pela primeira vez a expressão lógica ou expressão semântica da verdade. A relação aristotélica entre enunciado e coisa é caracterizada como de correspondência, embora também tenha embutidos os conceitos de adequação e conveniência. Segundo Nicola Abbagnano “a coexistência dos dois conceitos de verdade não é rara. Muitas vezes a teoria da correspondência se liga à da verdade como manifestação ou revelação” (ABBAGNANO, 1962, p.957).

O conceito de verdade estaria ligado a cinco variáveis ou pressupostos que condicionam as relações intrínsecas a sua própria compreensão. Assim a verdade pode ser vista como: 1) correspondência ou concordância; 2) revelação ou eficácia; 3)



conformidade a uma regra ou verificabilidade; 4) coerência e 5) utilidade ou propriedade física.

A definição impressa por Washington Vita se aproxima das premissas estabelecidas por Aristóteles: “A verdade é sempre uma relação, ou seja, é sempre a conformidade entre um juízo e a situação a que este juízo se refere. Em suma a verdade se estabelece sempre como relação entre uma enunciação conceitual e uma situação externa a ela” (VITA, 1965, p.105). A concepção de verdade como revelação, de origem grega, como *alethéia*, tem duas correntes: a empirista e a teológica ou metafísica. Este conceito ou forma de compreensão da verdade foi usado especialmente no Romantismo.

Enquanto para Kant a verdade é essencialmente a “verdade do conhecimento”, racional, para Hegel “a idéia é a verdade, porque a verdade é o responder da objetividade ao conceito (...) todo real enquanto é verdadeiro é a Idéia; e tem a sua verdade só por meio da idéia e nas formas da idéia” (HEGEL apud ABBAGNANO, 1962, p.955). Hegel tenta assim chegar à verdade absoluta ou filosófica que seria a operação, o contato ou ligação do formal com o concreto, do matemático com o histórico. Para este autor a verdade seria, em outras palavras, a unidade absoluta e radical do seu próprio princípio produtor, de sua origem. Atualmente, nas releituras de Hegel, se mantém a idéia de que a verdade não é nunca a expressão de um fato isolado, atômico, mas sim de uma verdade ontológica, uma totalidade indivisível.

O conceito de verdade no idealismo parece exigir uma distância da realidade a respeito da qual se propõe e emite um julgamento determinado. Uma corrente da filosofia contemporânea se aproxima de uma noção de verdade que, sem cair no completo irracionalismo, procura evitar ou solucionar os conflitos ou não-correspondências.

Para Heidegger as verdades são respostas que o homem dá ao mundo. Vale ressaltar a utilização do termo no plural, quando o conceito de verdade perde o critério do absoluto e/ou do indivisível. Não haveria portanto mais uma verdade filosófica, mas várias verdades. Esse sentido mais pluralista também é defendido por Foucault, para quem o significado de verdade seria o de expressão de determinada época, cada qual com sua verdade e seu discurso. Já para Nietzsche não há verdade, tudo é mentira: “Deus está morto”. A visão de Nietzsche é a de busca por uma verdade utilitária, como os fundamentos. Esta noção de verdade foi apropriada e difundida pelos pragmáticos. Além disso a visão de que a verdade deve ser considerada apenas na esfera que a concebeu também foi utilizada pelos funcionalistas.



Foucault está interessado na análise das verdades em relação às proposições, na sua utilização nos enunciados (FOUCAULT, 1996, p.23). Esta visão é desenvolvida especialmente na lógica, nos estudos do discurso. Para os estudiosos contemporâneos de lógica, os sofistas e os nominalistas medievais, como Hobbes, uma definição adequada de verdade tem que utilizar-se da metalinguagem, o conceito de verdade em questão é de natureza semântica. A lógica é bivalente, verdadeiro/ falso, mas nas “lógicas polivalentes”, se usam números para expressar os valores verdade.

A questão da verdade está presente em um dos princípios fundamentais da lógica, o princípio do terceiro excluído. O princípio que estabelece a existência de apenas duas possibilidades em um discurso – concebido nesse caso apenas como falso ou verdadeiro – é controverso. Há quem acredite que não necessariamente devem haver apenas dois princípios lógicos: Verdade e Falsidade. Há portanto quem defenda e proponha a adoção de um número infinito de possibilidades às proposições, ainda que toda linguagem, construção ou enunciado lógico pressuponha um julgamento. Desta forma o enunciado estaria na verdade ou na falsidade, no erro ou no acerto.

É fundamental ressaltar porém que embora a questão da verdade seja central no campo da lógica, esta não se ocupa em verificar se uma proposição é verdadeira ou falsa no que se refere ao seu conteúdo, ou ao seu referente material. Para a lógica o objeto de análise ou estudo é a forma e/ou estrutura da proposição; atentar para as verdades semânticas ou verdades lógicas. Na verdade semântica o “ser verdade” é visto como um predicado de certo enunciado ou proposição: os chamados predicados metalógicos. A verdade e a falsidade são formais, não dependem do conteúdo. Assim é possível ter situações empiricamente verdadeiras mas falsas em sua concepção lógica, como discurso produzido ou enunciado. Segundo Ferrater Mora “a realidade e a lógica são duas ordens e através da lógica quadriculamos, mapeamos o real” (FERRATER MORA, 1995, p.893). Ainda para o autor, a lógica se relaciona com a realidade de forma aplicativa.

Nessa perspectiva um dos problemas propostos nos estudos da lógica estão relacionados ao chamado “Dito do mentiroso”: “Eu minto” e “Eu estou mentindo”. Conhecidas como os paradoxos de Eubúlides, estas construções geram ressalvas com relação ao estabelecimento de verdadeiro e falso como antônimos perfeitos. Isto porque o paradoxo se instala a partir do momento em que a frase é verdadeira se, e somente se, é falsa. Alguns propõem a solução ao se tomar o dito do mentiroso como antinomia. Assim o problema poderia ser resolvido e o paradoxo desfeito se considerarmos que para que a



frase seja construída, e dita, é preciso haver uma sentença anterior que a relativize. Neste caso a oposição verdadeiro-falso seria mantida.

Na resolução do problema é preciso considerar o verbo mentir como ilocutório, caso em que à afirmação “eu estou mentindo” caberia a seguinte pergunta: “sobre o quê”. Com a resposta, e conseqüente explicação, o paradoxo seria desfeito. Como em “Eu estou mentindo sobre a história do Brasil, um país em que os investimentos em educação pública são freqüentes e valorizados”. Assim é possível compreender que a afirmativa falsa é a precedente ou posterior, conforme o caso, e a sentença “eu estou mentindo” mantém seu caráter de verdade, desfazendo o paradoxo.

Michel Foucault define a “vontade de verdade” como uma forma de exclusão de certo discurso: “contudo é dela sem dúvida que menos se fala, como se para nós a vontade de verdade e suas peripécias fossem marcadas pela própria verdade em seu desenrolar necessário” (FOUCAULT, 1996, p.19). Para o lingüista a verdade deve ser analisada em relação às proposições, enunciados em cujo interior a separação entre o verdadeiro e o falso não seria arbitrária, nem modificável, nem institucional ou violenta, mas lógica.

Segundo Foucault, nos poetas gregos do século VI o discurso verdadeiro, em seu sentido forte e valorizado, “pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido” (1996, P.14-15). E, nesse caso, qualquer semelhança com o destaque que recebem no noticiário os dados estatísticos e informações numéricas, especialmente quando proferidos por fontes especializadas ou governamentais, não terá sido mera coincidência.

Se a Lógica estuda o pensamento, a gnoseologia estuda a teoria material da ciência, os princípios materiais do conhecimento humano, a concordância do pensamento com o objeto a que ele se refere, ou seja a verdade deste pensamento. Assim, a gnoseologia poderia ser definida como a teoria do pensamento verdadeiro, enquanto a lógica seria a teoria do pensamento correto. O problema do conhecimento da verdade é um dos principais pressupostos da gnoseologia, assim como a questão da essência, das possibilidades da origem e forma do conhecimento. A questão do conceito de verdade na gnoseologia sempre esteve ligado à questões metafísicas. No estudo da verdade se confrontam visões do realismo e do idealismo. Há ainda as discussões acerca dos diversos tipos de verdade. As diferentes relações que definem o conceito de verdade delimitam também o critério de verdade a ser aplicado sobre determinada proposição.



### A verdade no jornalismo

“O repórter é um curioso movido permanentemente pelo desejo de saber o que acontece e de entender porque aconteceu. Se não for assim está na profissão errada. E não basta querer saber: é preciso saber tudo, e ter a obstinação de saber certo” (GARCIA, 1992, p.11), segundo define, com certa pretensão e vaidade, o Manual de Redação de “O Globo”. As notícias publicadas nos jornais são produzidas, ou ao menos deveriam ser, por este super-profissional do saber.

A própria noção de notícia nos oferece pistas relevante para o estudo do valor Verdade no jornalismo. A notícia é comumente definida “o relato, não o fato” (LUSTOSA, 1996, p.17). Assim poderíamos partir do princípio que o conteúdo oferecido pelo jornal em suas páginas não seria a “verdade absoluta”, em um paralelo com o conceito filosófico, mas a expressão da verdade, um relato verdadeiro de uma situação delimitada. Uma vez que como produto as matérias jornalísticas se referem a fatos isolados, muitas vezes descontextualizados, segundo críticas freqüentes, elas se afastariam da verdade filosófica, que não aceita visões atômicas. Em direção contrária do conceito discutido anteriormente, as pautas jornalísticas delimitam e recortam a realidade a ser enunciada.

Para além dos problemas decorrentes do “fracionamento” do mundo nas páginas de jornal, há ainda a questão da interpretação. Afinal, como nos lembra Hilton Japiassu, “os fatos não falam” (JAPIASSU, 1994, p.09). Assim, o que vemos impresso nos jornais não é a voz dos fatos, mas de pessoas que participaram deles ou ainda que foram espectadoras dos acontecimentos, também uma categoria carregada de julgamentos e intencionalidades.

Apesar da defesa apaixonada por alguns, especialmente aqueles imersos na realidade profissional, da imparcialidade e/ou da objetividade da informação jornalística, há muito estas duas categorias assumem um outro papel na análise do produto oferecido pelos jornalistas. O estabelecimento da imparcialidade como princípio ético, garantidor do relato verdadeiro foi assumido na década de 50 no Brasil. Mas há muito Nelson Werneck Sodré já alertava: “o jornal é menos livre quanto maior for a empresa”. Segundo avaliação de Elcias Lustosa “por sua origem e pelos seus defensores a imparcialidade não passava, e não passa, ainda hoje, de mera retórica, sendo usada para preservar o discurso e os interesses do próprio veículo”. Assim, por meio das reflexões do estudiosos da imprensa, cairia um dos alicerces da chamada verdade jornalística.





O argumento mais utilizado pelos editores de jornal, alguns autodenominados como pragmáticos, é o de que a “Verdade” seria uma abstração, o que os levaria a relatar objetivamente a realidade. Japiassu porém questiona: “Caso existam informações objetivas, quem controlará a objetividade dessas informações?” (JAPIASSU, 1994, p.11). As informações “neutras e objetivas” estariam segundo ele sujeitas ao poder de decisão que as arbitraría. Desta forma não haveria informações e conhecimentos isentos de uma intencionalidade.

As chaves para o alcance da pureza do conhecimento, da objetividade pelo indivíduo-repórter deveriam passar pela descrição do que é visto, isento de opiniões anteriores e “De modo algum deve misturar interpretação subjetiva com descrição do fenômeno” (VITA, 1965, p.89). Embora a receita se enquadre perfeitamente nas expectativas éticas e nos procedimentos do Jornalismo, tal como descritos em vários estudos sobre suas rotinas produtivas, na prática a definição funciona como o tipo ideal de Max Weber, como referência a ser alcançada. Apesar da impossibilidade de um relato imparcial, os jornais são apresentados e recebidos por significativa parcela de seu público como um instrumento de descrição da realidade, o que oferece status de verdadeiro a seu conteúdo impresso.

Ao buscar ética no Jornalismo, é interessante refletir como os conceitos de verdade e ética se entrelaçam nas rotinas profissionais. No cotidiano dos jornalistas a verdade poderia ser considerada como o fundamento da realidade, como a confirmação ou checagem dos dados que instituem um fato como verdadeiro ou verídico.

Na filosofia, a reflexão que originou o conceito de Realidade se relaciona a existência do mundo exterior, e surgiu com Descartes. A partir do princípio da primazia das idéias como objeto do conhecimento humano, o filósofo justificou a necessidade de definir a Realidade usando o pressuposto de que Deus não nos iludiria com idéias sem partes concretas correspondentes. Confirmada por Kant, a realidade mantém o significado específico do concreto ou coisalidade em contraponto à intuição e a idealização do espaço, e se opõe a aparência e a ilusão.

Assim, ao considerar a verdade jornalística como representação da realidade, estamos estabelecendo uma interpretação, aplicada ao fazer profissional, das categorias filosóficas. E, nestes casos, é importante ressaltar os riscos inerentes de transformação do “desvelamento” em uma distorção dos fatos, especialmente quando, no ritmo industrial de produção das notícias, há problemas na apuração das informações.

#### A verdade jornalística como Versão: Questões éticas



Para que possam se denominar como expressão da verdade, ou produto crível, os manuais de jornais impressos, mas especialmente aqueles não formalizados mas que caracterizam a cultura profissional do (tele)jornalista estabelecem como pressuposto que o jornalista deve ouvir duas ou mais fontes da informação. Assim, a verdade impressa nos jornais e multiplicada por meio das emissões televisivas é, na realidade, na concretude de suas rotinas, uma informação de segunda mão, amparada em rituais estratégicos capazes de se não garantir, ao menos estruturar narrativamente sua legitimidade.

Apesar de a norma indicar que em casos controversos deve-se “ouvir sempre os todos os envolvidos na questão”, é freqüente nos depararmos nas edições de telejornais com enunciados que indicam que a fonte não foi encontrada para falar sobre o assunto. Além disso, como proposta de se constituir em expressão da verdade, o Jornalismo tenta apagar as marcas do enunciador, de sua produção, numa estratégia que traria legitimidade e credibilidade ao discurso jornalístico. Assim, ele é apresentado aos leitores como o relato de uma verdade pragmática e factual, possível de comprovação. Como discurso que se insere na dimensão pragmática, que ganha forma enquanto linguagem e se concretiza no ato da leitura, realiza o acontecimento do fato no instante de sua apreensão. Desta forma se concretiza o dito popular: “o que importa não é o fato e sim a versão”.

Na sua “Pragmática do Jornalismo” Manuel Chaparro lamenta, “nenhum manual brasileiro inclui, nos textos introdutórios, qualquer termo ou idéia referente ao dever e busca da verdade.” (CHAPARRO, 1994, p.104). Segundo o autor o jornalismo brasileiro sofreria de uma patologia generalizada de princípios, mostrando sinais claros de desequilíbrio de identidade enquanto função social.

Parte do problema poderia ser explicado pelo ritmo de produção em nossas redações, cada vez mais acelerado e “multifuncional”, quando cargos são extintos e atribuições repassadas, tendo como resultado final uma apuração descuidada. Há ainda um aspecto que se refere à internalização do personagem de “contador da verdade” que, em alguns casos desviantes, resulta em uma arrogância imodesta de repórteres, gerando inclusive associações e manuais de defesa das fontes de informação.

A falta de clareza com relação às reais possibilidades de oferta de informação jornalística não são restritas ao país. Nos Estados Unidos, referência utilizada no Brasil como modelo no que se refere à objetividade jornalística, a constatação de que os valores essenciais ao Jornalismo tinham se perdido em meio ao marketing, a publicidade, as tentativas de atrair o público foram o estímulo para a criação de um grupo que se



autodenominou “Comitê dos Jornalistas Preocupados”. Formado por acadêmicos, profissionais e estudantes o comitê realizou 21 discussões públicas e uma pesquisa em que foram ouvidos 300 jornalistas para definir os chamados “Elementos do Jornalismo”, título de livro lançado no Brasil em 2003. Na obra a verdade é definida como o primeiro e mais confuso princípio da atividade de produção de notícias.

(...)os próprios jornalistas nunca tiveram uma noção clara do que querem dizer com veracidade. Por sua própria natureza, o jornalismo é reativo e prático, não filosófico ou introspectivo. Não existe muita reflexão escrita dos jornalistas sobre esses assuntos, e o pouco que existe não é lido pela maioria dos profissionais do ramo. As teorias do jornalismo ficam nas cabeças dos acadêmicos, e grande parte dos jornalistas sempre desvalorizou o ensino profissional (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003, p.66).

Para os autores o mais realista seria entender a verdade jornalística como um processo, uma caminhada contínua na direção do entendimento. No Brasil, apesar da omissão explícita dos dois manuais de redação que oferecerem suporte empírico a este artigo, e da decisão ainda em vigor que desvincula o exercício profissional no Jornalismo de uma formação acadêmica, torna-se cada vez mais importante concluir com as recomendações do Código de Ética, aprovado em 1987 no Congresso Nacional dos Jornalistas. Ao tratar da conduta profissional, o artigo 7º estabelece: “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação” (In BARBEIRO & LIMA, 2002, p.161).

#### A verdade como construção nas edições do telejornalismo brasileiro

Para além da realização de uma revisão bibliográfica nos trabalhos acadêmicos que se dedicam a analisar o jornalismo em televisão, optou-se nos limites desse artigo, por privilegiar uma narrativa que pode ser considerada consensual nos livros de caráter testemunhal, produzidos por repórteres e editores de TV, e que se constituem em referência importante para os estudantes de jornalismo. Além disso, acredita-se que esses textos são capazes de vocalizar parte da cultura profissional dos (tele)jornalistas brasileiros, já que de um modo geral há um discurso comum a todos os livros publicados no Brasil sobre o jornalismo em televisão. O telejornalismo é tratado, sempre, como atividade especializada, desempenhada por jornalista profissional, com destaque para as recorrentes preocupações de ordem ética, que permeariam seu processo de produção.

É importante refletir sobre um processo de (de)formação do jornalismo em televisão no Brasil. Para além de uma análise da estrutura do formato noticioso, que é diferente da chamada pirâmide invertida, a atuação de repórteres na telinha tenderia a



uma aproximação com o campo da representação, da atuação como personagens de um enredo verídico, de um “drama feito notícia”, como definição do título de livro de Soledad Puente.

A rotina de produção da notícia em televisão tem características que a aproximam do terreno da criação. Ainda que haja rigor com relação à precisão do relato noticioso e sua correspondência com a realidade objetiva, o processo de produção do jornalismo como produto audiovisual, com gravação de imagens e redação de um texto, poderia ser considerado como uma encenação ou como tentativa de reconstrução do real.

“Os puristas que me desculpem, mas fazer um teatrinho de vez em quando é fundamental. Não se pode esquecer que televisão é imagem, é som, é atração cercada por uma tela num canto qualquer de um espaço”, acredita a repórter da TV Globo, Fernanda Esteves, em um livro de caráter autobiográfico que mescla também dicas de atuação na área de reportagem de externa e mesmo na redação de textos para telejornais (Esteves, 1993: 193). Embora rejeite a proximidade com atores que também atuam na telinha, especialmente pelo fato de que esses profissionais mergulhariam na fantasia de um autor, a jornalista considera que o repórter de televisão deveria “roteirizar” a matéria para tornar o tema atraente à apresentação levando em conta os prós e os contras do veículo.

A expressão “roteirizar” já demonstra uma aproximação de outros campos de produção cultural, para usar o conceito impresso por Pierre Bourdieu. Do repórter de televisão se espera que, além da capacidade de apuração e de redação de um texto, talento para construir/ dirigir uma história e ainda de interpretar, se não um personagem, pelo menos uma mensagem determinada.

Para Guilherme Rezende haveria uma preocupação com a audiência que também seria determinante ao estruturar a narrativa jornalística. “O formato espetacular, comum às emissões de ficção e realidade, representou a fórmula mágica capaz de magnetizar as atenções de um público tão diversificado” (Rezende, 2000: 25). Nessa perspectiva seria interessante realizar um deslocamento e analisar o telejornalismo sob o enfoque do discurso jornalístico, tal como concebido por Adriano Duarte Rodrigues. Ele considera a priori o acontecimento, o fato selecionado como digno de registro pelo jornalismo, como o referente do que se fala, “uma espécie de ponto zero da significação” (Rodrigues, 1993: 28).

Segundo o pesquisador português o relato jornalístico, o discurso do acontecimento, acabaria por gerar uma segunda categoria de acontecimentos, os meta-



acontecimentos, cujo registro só aparentemente coincidiria com o fato selecionado, noticiado.

(...)sua emergência é toda ela inscrita na ordem do discurso, na ordem da visibilidade simbólica da representação cênica. São factos discursivos e, como tais, associam valores ilocutórios e perlocutórios, na medida em que acontecem ao serem enunciados e pelo fato de serem enunciados (Rodrigues, 1993: 29).

Para além do já evidenciado caráter de (re)criação de uma história no meio audiovisual há aspectos a ressaltar no que diz respeito à localização do telejornalismo como produto da indústria cultural, mercadoria oferecida via cultura de massa. Assim realizamos o retorno às premissas de Edgar Morin. Segundo ele no início do século XX o imaginário teria “conquistado um lugar real nos domínios que pareciam destinados exclusivamente à informação” (Morin, 1997: 98). A partir daí seria criado um “duplo” no interior dos meios de comunicação de massa, com alternância do informativo e do imaginário, do registro jornalístico e do espetáculo na formatação dos programas de televisão.

Ao extravasar o imaginário e atingir a informação, a cultura de massa acabaria por impor uma dramatização ao relato noticioso. Além disso, haveria um processo de vedetização, em que as vidas privadas de atores da sociedade e do star system se tornariam públicas, sempre como relato de confidências, alicerçadas no apelo emocional: “as vedetes em situação romanceada da atualidade fornecem matéria real, mas da mesma estrutura afetiva do imaginário” (Morin, 1997: 101).

Ainda segundo o francês a televisão teria tornado esses processos de apropriação da vida privada das vedetes também visível, apreensível por imagens, multiplicando a impressão de familiaridade e das mediações.

No encontro do ímpeto do imaginário para o real e do real para o imaginário, situam-se as vedetes da grande imprensa, os olímpianos modernos. Esses olímpianos não são apenas os astros de cinema, mas também os campeões, príncipes, reis, playboys, exploradores, artistas célebres...(Morin, 1997: 105).

À lista de olímpianos estabelecida por Edgar Morin acrescentaríamos os jornalistas de televisão, notadamente os apresentadores e repórteres dos programas veiculados em rede nacional, dos quais o casal de apresentadores do Jornal Nacional parece ser o símbolo maior<sup>5</sup>. Haveria ainda uma certa hierarquia na definição do acesso dos jornalistas de TV ao Olimpo. Na maioria das vezes os repórteres considerados especiais, olímpianos, seriam aqueles capazes de construir matérias com reconhecida credibilidade, mesmo nas pautas classificadas como fait-divers.

---

<sup>5</sup> Sobre o tema destacam-se os trabalhos de Sean Hagen, e especialmente a sua tese de doutorado junto a UFRGS, e os recentes trabalhos de Gilze Bara (SBPJor, 2011).



Um dos motivos para essa “ascensão ao Olimpo” seria o fato de, através das cabeças de passagem e entrevistas, os jornalistas de TV participarem desse relato espetacular, “vaso comunicante” entre o indivíduo-consumidor da informação e os astros da vida pública. Assim, os repórteres de TV passam a ter a expressão e o rosto reconhecidos pelos telespectadores, como integrantes dessa realidade glamourizada. Seria esse reconhecimento público uma espécie de garantia prévia de que seus relatos seriam dotados ou portadores de verdade? Ou, na direção contrária, sua inserção nesse tipo de relação denotaria uma desconfiança, por parte dos telespectadores, quanto à verdade possível nas edições dos telejornais?

Acreditamos, ainda que de forma preliminar, que esse processo de transformação do jornalista televisivo em vedete da cultura de massa, associado a uma tendência cada vez mais crescente em estruturar as narrativas do telejornalismo como espetáculo audiovisual poderia ter influências muito negativas no que diz respeito ao conceito e compreensão públicas do que seria uma reportagem em TV e mesmo um telejornal. Nesse gênero/ formato televisivo que teria a função principal de mostrar na tela a realidade dos fatos, a partir do oferecimento de diferentes pontos de vista, a função do repórter seria de fazer a mediação e conduzir a narrativa telejornalística, com frequência ambientada no passado, tempo de ocorrência do fato.

Com a transformação do repórter de televisão em vedete do Olimpo televisivo, e a criação imediata dos duplos - real-imaginário e informação-espetáculo - o fazer jornalístico perderia seu “capital simbólico”, para retomar o conceito de Bourdieu. Em outras palavras, na medida em que reportagem se torna um show televisivo, sua produção prescinde dos saberes especializados, do saber fazer inerente ao jornalismo de televisão...e abre-se espaço para ser “repórter por um dia”, referência a um quadro por um período apresentado na revista eletrônica Fantástico em que uma estrela do showbusiness, um olimpiano, “representa o papel” de jornalista. As aspas aqui representam a expectativa de que o trabalho de apuração e redação seja efetivamente realizado por um jornalista responsável pela produção da reportagem-show.

Essa aproximação do jornalismo de televisão do território da ficção e do show televisivo, nos remete, no âmbito das considerações finais, ao alerta de Wolton: “os cidadãos confiam na televisão e na sua capacidade de lhes permitir acesso às diferentes dimensões essenciais do jogo social. Sem confiança não existem espectadores da televisão de massa”(1996: 134-135).



Valeria lembrar, numa tentativa de conclusão, que a reportagem faz parte da categoria informação, segundo a classificação proposta por Aronchi para a programação da TV brasileira e ainda que para Morán “a informação na televisão é um produto – visto do lado da indústria cultural – e é um bem social – visto do lado da população” (1986: 19).

Nessa perspectiva parece importante assinalarmos que os limites para a utilização dos recursos de entretenimento na construção de mensagens informativas em televisão são exatamente os da manutenção de sua credibilidade, a manutenção do reconhecimento (do) público de que as edições dos telejornais seriam portadoras de uma verdade, ainda que fruto de rotinas e convenções profissionais.

### Referências

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1962.
- ARENDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. 5ª ed. Petrópolis: Perspectiva, 2000.
- BARBEIRO, Heródoto & LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Telejornalismo**: os segredos da notícia em TV. Rio de Janeiro: Campus, 2002
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**. São Paulo: Summus, 1994.
- COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo brasileiro**: a estrutura narrativa das notícias em televisão. Tese de Doutorado. S.B.Campo: Universidade Metodista de SP, 2003.
- DINES, Alberto. **O papel do jornal**. São Paulo: Summus, 1986.
- FERRATER MORA, José. **Diccionario e Filosofia**. 13 ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- JAPIASSU, Hilton. **Introdução às ciências humanas**. São Paulo: Letras e Letras, 1994.
- KOVACH, Bill & ROSENTIEL, Tom. **Os elementos do Jornalismo** – o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- LUSTOSA, Elcias. **O texto da notícia**. Brasília: EdUnB, 1996.
- VITA, Luis Washington. **Introdução à Filosofia**. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- MORÁN, José Manuel. **A informação na televisão**: critérios editoriais. In Comunicação & Sociedade número 14 – Televisão e realidade brasileira. São Bernardo do Campo: Edições Liberdade, 1986. p19 – 31.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: neurose; tradução de Maura Ribeiro Sardinha. 9ª.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. 202p.
- REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil**: um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000. 289 p.
- WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público** - uma teoria crítica da televisão. São Paulo: Ática, 1996.